

O risorgimento italiano no universo conceitual de Antonio Gramsci

*Vladimir Luis da Silva**

Resumo:

O principal objetivo deste artigo é analisar o entendimento de Antonio Gramsci acerca do processo de unificação italiano, o qual considerou ser um caso de “revolução passiva”. Para tornar a exposição mais clara, também serão discutidos os conceitos centrais de Gramsci, tais como “sociedade civil”, “Estado”, “guerra de posição”, “Ocidente”, “Oriente”, “Hegemonia” etc.

Palavras-chave:

Estado; sociedade civil; hegemonia; revolução passiva; transformismo.

The italian risorgimento in Antonio Gramsci's conceptual universe

Abstract:

The main purpose of this article is to analyze Antônio Gramsci's understanding of the process of Italian unification, which He considered to be a case of “passive revolution”. In order to make the explanation clearer, it also seeks to discuss Gramsci's key concepts, such as “civil society”, “State”, “war of position”, “West”, “East”, “hegemony” etc.

Key words:

State; civil society; hegemony; passive revolution; transformism.

* Sociólogo formado pelo Centro Universitário Fundação Santo André e mestrando em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Introdução

Ao ampliar o campo de aplicabilidade do conceito de “revolução passiva”, elaborado originalmente por Vincenzo Cuoco para dar conta da revolução napolitana de 1799, Antônio Gramsci passa a ver suas manifestações ou possibilidades de manifestação em uma série de fenômenos e períodos, tais como, entre outros, o processo de unificação italiano, o advento do fascismo e mesmo o caso do que chamou de “americanismo”.

Por questões óbvias de espaço e por ter sido alvo de um desenvolvimento teórico mais detido e adensado, daremos atenção somente ao caso no qual a noção de revolução passiva é mobilizada por Gramsci para realizar a caracterização do processo de constituição do Estado unitário na Itália, isto é, o processo histórico conhecido como *Risorgimento*.

O universo conceitual¹

Intentando a explicitação da apreensão de Gramsci acerca do processo de modernização da Itália, focado na unificação nacional, principiaremos pela exposição, ainda que breve, de alguns dos principais conceitos do autor. A tarefa impõe-se devido à particularidade do universo configurado pelos mesmos, pois, na investigação dos textos onde o autor sardo trata do processo de unificação italiana, percebemos a impossibilidade da exposição adequada do referido tratamento sem uma apresentação prévia dos principais conceitos que articulam a percepção do fenômeno. Insistimos aqui não se tratar de capricho ou complemento arbitrário à redação de um texto que, por sua brevidade ou desleixo, deveria oferecer um *algo a mais* ao leitor, mas sim da constatação de que o fenômeno sintetizado no conceito de revolução passiva aparece na letra de Gramsci mediado por conceitos e categorias bastante particulares, configurando todo um modo de captação, cujo nódulo essencial é composto pela noção de “hegemonia” (cf. Gruppi, 1980, p. 83).

A satisfação desta condição de inteligibilidade da figuração gramsciana do *Risorgimento* versa fundamentalmente sobre a estrutura do Estado moderno e suas implicações no nível do equacionamento político das questões arroladas no desenrolar do raciocínio. Trata-se do fio articulador dos principais elementos que conformam a peculiaridade do discurso de Gramsci, a hipótese interpretativa cujo desdobrar traz à baila os conceitos de “sociedade política”, “sociedade civil”, “Oriente”, “Ocidente”, “guerra de movimento”, “guerra de posição” etc.

Na concepção ora em discussão, o Estado moderno, em dois momentos específicos – nos períodos posteriores a 1848 e 1871 (cf. Gramsci, 1978, p. 78) –, reintroduz na esfera da sociabilidade formas de autonomia organizacional arrancadas aos “grupos subalternos” quando da superação das formas estatais antiga e medieval. Nas palavras do autor:

no Estado antigo e no medieval, a centralização, seja político-territorial, seja social (de resto, uma é tão-somente função da outra), era mínima. Num certo sentido, o Estado era um bloco mecânico de grupos sociais e, muitas vezes, de raças diversas: dentro do círculo da pressão político-militar, que se exercia em forma aguda só em certos momentos, os grupos subalternos tinham uma vida própria, à parte, instituições próprias, etc., e estas instituições, às vezes, tinham funções estatais, que faziam do Estado uma federação de grupos sociais com funções diversas não subordinadas, fato que, nos períodos de crise, dava uma evidência extrema ao fenômeno do “duplo governo” (Gramsci, 1978, p. 78).

A sequência arremata de modo esclarecedor, com a observação de que

O Estado moderno substitui o bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes à hegemonia ativa do grupo dirigente e dominante; portanto, abole algumas autonomias, que, no entanto, renascem sob outra forma, como partidos, sindicatos, associações de cultura (Gramsci, 2002, pp. 138-9).

O renascimento aludido no dito gramsciano refere-se à sua definição particular do que seja “sociedade civil”, o campo das associações responsáveis pela elaboração e divulgação das ideologias². Para o pensador sardo, o fato da doutrina de Hegel apontar “os partidos e associações como trama ‘privada’ do Estado” decorre da

1 Dado que algumas formulações de Gramsci foram alvo de interpretações distintas e, muitas vezes, conflitantes, sugerimos, a fim de obter um quadro mais pormenorizado das polêmicas acerca de seu pensamento, a leitura de Carlos N. Coutinho (1989), Luciano Gruppi (1980), Norberto Bobbio (1994) e Perry Anderson (2002).

2 Acerca da diferença entre os conceitos de sociedade civil de Gramsci e Marx, impossível de abordagem neste espaço, sugerimos a leitura de Norberto Bobbio (1994) e de Perry Anderson (2002).

experiência restrita de sua época, que oferecia “apenas um exemplo acabado de organização, o ‘corporativo’ (política enxertada na economia)”, o que determinou uma concepção de associação “vaga e primitiva, entre o político e o econômico” (Gramsci, 1978, pp. 145-6). Trata-se aqui, em oposição à tese hegeliana, do apontamento de uma nova caracterização do Estado moderno por parte de Gramsci, enquanto somatória de duas esferas *metodicamente* distintas, a do “Estado propriamente dito” (Gramsci, 1978, pp. 32; 138) e aquela regida pelo protagonismo privado, civil. No dizer do autor, “por ‘Estado’ deve-se entender, além do aparelho governamental, também o aparelho ‘privado’ de ‘hegemonia’ ou sociedade civil” (Gramsci, 1978, p. 147). A passagem anterior fica ainda mais clara quando assevera que “na noção geral de Estado entram elementos que também são comuns à noção de sociedade civil (neste sentido, poder-se-ia dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção)” (Gramsci, 1978, p. 149).

A duplicidade observada não é destituída de importância na trama das relações sociais, pois se relaciona às funções de “domínio” ou “coerção” e “direção” ou “consenso”. Esta correspondência entre esferas e funções pode ser mais bem avaliada na tradução que Gramsci faz da fórmula de Francesco Guicciardini; quando este afirma as armas e a religião como aspectos imprescindíveis na vida de um Estado, Gramsci vê “força e consenso; coerção e persuasão; Estado e Igreja; sociedade política e sociedade civil” (Gramsci, 1978, p. 137).

No entanto, a vigência desta nova configuração do Estado não é pressuposta como universal, pois marca a distinção entre “Oriente” e “Ocidente”, isto é, esta diferenciação, comumente de ordem geográfica, passa a ter seu lastro no grau de desenvolvimento da “sociedade civil”. É no interior desta posição que o autor afirma, em passagem bastante citada, que

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primordial e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e em qualquer abalo do Estado imediatamente descobria-se uma poderosa estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas... (Gramsci, 1978, p. 75).

Adicionando à descrição da nova configuração do Estado a diminuição do peso do elemento econômico na determinação das crises históricas (cf. Gramsci, 1978, pp. 52-3; 73), o pensador sardo recorre ao modelo fornecido pelas guerras militares para determinar qual a estratégia de luta mais aclimatada ao ambiente estatal *ampliado*:

Verifica-se na arte política aquilo que ocorre na arte militar: a guerra de movimento transforma-se cada vez mais em guerra de posição, podendo-se dizer que um Estado vence uma guerra quando a prepara minuciosa e tecnicamente no tempo de paz. Na estrutura de massa das democracias modernas, tanto as organizações estatais como o complexo de associações na vida civil constituem para a arte política o mesmo que as “trincheiras” e as fortificações permanentes da frente de guerra de posição: elas fazem com que seja apenas “parcial” o elemento de movimento que antes constituía “toda” a guerra, etc. (Gramsci, 1978 p. 92).

Ou seja, Gramsci chama a atenção para a necessidade de um período prévio de busca pelo consenso no campo da sociedade civil, objetivando a hegemonia (sobre os grupos aliados e afins) *antes* da obtenção do domínio (sobre os adversários) no Estado propriamente dito, ou, em outros termos, o autor fala da necessidade de um grupo social ser “dirigente” já antes de “dominante” e, mesmo após a conquista do Estado, continuar a ser dirigente (cf. Gramsci, 1978, 2002, pp. 62-3).

Esta proposição da “guerra de posição” leva Gramsci a se opor à fórmula da “revolução permanente” de Trotsky. Caracterizada pelo pensador italiano como “própria de um período histórico em que não existiam ainda os grandes partidos políticos de massa e os grandes sindicatos econômicos, e a sociedade ainda estava, por assim dizer, no estado de fluidez sob muitos aspectos”, esta estratégia, em decorrência da expansão colonial europeia ocorrida no período posterior a 1870, “é elaborada e superada na ciência política pela fórmula de ‘hegemonia civil’” (Gramsci, 1978, pp. 91-2). O autor chega mesmo a sugerir que a fórmula de Trotsky é o reflexo político da teoria da guerra manobrada, “das condições gerais econômicas-culturais-sociais de um país em que os quadros da vida nacional são embrionários e relaxados e não se podem tornar ‘trincheira ou fortaleza’”. O mesmo obstáculo teria sido encontrado por Lenin no desenvolvimento de sua teoria da frente única, considerada por Gramsci um indício da percepção leniniana da passagem da guerra manobrada, vitoriosa no Oriente em 1917, à guerra de posição, “única possível no Ocidente” (Gramsci, 1978, p. 74).

Desta forma, configura-se no pensamento de Gramsci uma realidade na qual o âmbito das associações civis ocupa lugar de destaque na estrutura do Estado moderno, onde a democracia só existe “na medida em que o desenvolvimento da economia, e por conseguinte da legislação, que exprime este desenvolvimento, favorece a passagem (molecular) dos grupos dirigidos ao grupo dirigente” (Gramsci, 1978, p. 183). Isto é, há que se considerar como momento central a conquista da hegemonia, a passagem da fase “econômico-corporativa” à “ético-política”, como elemento indispensável à condição de domínio. É importante salientar ainda que a hegemonia envolve, além dos valores morais ou das concepções, sacrifícios de ordem econômica – mesmo que não concernentes ao essencial – do grupo dirigente aos grupos dirigidos, ou seja, o primeiro deve estar atento a toda sorte de ansios

dos segundos (cf. Gramsci, 1978, pp. 33; 145).

A fim de aclarar questões futuras de nosso objeto principal, as considerações de Gramsci acerca do atraso italiano na constituição do Estado unitário, salientamos que, um ponto de encontro entre as situações do passado e a atual consiste na importância que confere ao campo da moral e da ideologia, o que dá sentido à sua preocupação com os temas da “reforma intelectual e moral” e do “partido político” (o “moderno príncipe”), respectivamente, os problemas da concepção de mundo e do agente no qual se desenvolve uma “vontade coletiva” (Gramsci, 1978, p. 6), elemento imprescindível na mobilização para a mudança. Enfatizando que a ampliação do Estado apontada por Gramsci refere-se à *conversão* dos aparelhos de hegemonia em assunto privado e não à sua *criação*, devemos deixar claro que sua preocupação com o âmbito ideológico se faz presente na pesquisa tanto dos períodos prévio quanto posterior à ampliação estatal (cf. Coutinho, 1989, p. 79).

Neste momento, nos deparamos com algo que emerge na escrita do autor em causa como uma consequência deste modo de conceber o Estado: a necessidade do fim do “Estado propriamente dito”. Trata-se de uma decorrência do protagonismo do partido político dar-se primordialmente na sociedade civil, pois, apesar de ser sentido como reinante e governante por parte dos cidadãos (o que é um reflexo do entrelaçamento *prático* das sociedades política e civil), o partido político “nem reina nem governa juridicamente: tem ‘o poder de fato’, exerce a função hegemônica e, portanto, equilibradora de interesses diversos, na ‘sociedade civil’”; donde a conclusão:

Sobre esta realidade, que se movimenta continuamente, não se pode criar um direito constitucional do tipo tradicional, mas só um sistema de princípios que afirma como objetivo do Estado o seu próprio fim, o seu desaparecimento, a reabsorção da sociedade política pela sociedade civil (Gramsci, 1978, p. 102).

Esta reabsorção constitui o núcleo da fase posterior à atual, na qual vigora o “Estado-classe”. No dizer gramsciano, durante a objetivação da nova realidade, “o elemento Estado-coerção pode ser imaginado em processo de desaparecimento, à medida que se afirmam elementos cada vez mais conspícuos de sociedade regulada (ou Estado ético ou sociedade civil)” (Gramsci, 1978, p.149). Declarando datada a tese hegeliana do caráter afirmativo da moral burguesa, o pensador sardo especifica ainda a edificação do Estado ético como obra do “grupo social que coloca o fim do Estado e de si mesmo como fim a ser alcançado” (Gramsci, 1978, p. 145). Outro ponto do texto nos permite depreender que este fim “de si mesmo” refere-se, na verdade, ao desaparecimento simultâneo das classes e de suas nomenclaturas, os partidos (cf. Gramsci, 1978, p. 25).

Completam este quadro da declaração do fim do Estado propriamente dito e da prevalência de uma sociedade civil *pura* ou de um Estado ético, os esclarecimentos de que entre um e outro devemos ter uma fase de “Estado-guarda noturno”, arranjo coercitivo e temporário que assiste no desenvolvimento dos elementos da nova sociedade, e o de que a hegemonia do grupo edificador do novo Estado deve ser de caráter predominantemente econômico (cf. Gramsci, 1978, p. 150).

Ao entender que em sua mais célebre obra, Maquiavel exemplifica historicamente, uma ideologia que se manifesta “como uma criação da fantasia concreta que atua sobre um povo disperso e pulverizado para despertar e organizar a sua vontade coletiva” e, ainda, “mostra como deve ser o Príncipe para levar um povo à fundação do novo Estado” (Gramsci, 1978, p. 4), Gramsci aponta o raciocínio que leva ao nosso objeto de análise central, o quadro de atraso italiano. Tendo em vista uma sorte de atualização do trabalho de Maquiavel, o pensador sardo planeja a sequência de questões a serem tratadas em um “O moderno príncipe”, cuja redação deveria contemplar, em uma de suas primeiras partes, um problema similar ao presente nas considerações do redator da obra original, a ser formulado nos seguintes termos:

“Quando é possível dizer que existem as condições para que possa surgir e desenvolver-se uma vontade coletiva nacional-popular?” Portanto, [a necessidade de uma] análise histórica (econômica) da estrutura social de um determinado país e uma representação “dramática” das tentativas feitas através dos séculos para suscitar esta vontade e as razões dos sucessivos fracassos (Gramsci, 1978, p.7, acréscimo nosso).

Em síntese, referimo-nos aqui à questão que, de acordo com o autor, sempre se manifestou na história do desenvolvimento italiano, a impossibilidade da formação de uma “vontade coletiva” que impulsionasse o “povo-nação” à edificação de um Estado mais de acordo com o quadro das civilizações vizinhas. É neste ponto que se encontram suas considerações sobre a marcha da unificação estatal italiana, no interior das quais emerge, com extrema radicalidade, a oposição entre os conceitos de “revolução passiva” e “grande Revolução”, “revolução-restauração” e “transformação de tipo francês” ou “revolução política de tipo radical-jacobino”.

A preparação do terreno

Recusando a interpretação “retórica” da unificação italiana, na qual o processo é entendido em termos de uma continuidade que remonta ao passado romano (cf. Gramsci, 2002, p.19), o pensador sardo avalia qual o quadro interno e externo que possibilitou a configuração do cenário favorável ao enfraquecimento das forças contrárias à unificação. No exercício da pesagem das condicionantes desta processualidade, Gramsci afirma que a consciência da “unidade cultural” e da “necessidade da independência da península”, apesar de o segundo ser mais importante que o primeiro, constituem elementos restritos às minorias de grandes intelectuais, de modo que seu peso na determinação dos acontecimentos é considerada secundária (cf. Gramsci, 2002, pp. 246-7). Ainda de acordo com o autor, tendo como motor o Estado piemontês e a dinastia Savóia, em um movimento (alcançado de *Risorgimento*) cujos contornos começam a ser delineados por forças de coloração liberal a partir de 1848 e que se fecham em 1870, a unidade nacional na Itália têm suas condições de efetivação surgidas nos processos pelos quais o equilíbrio europeu é atualizado – inserção de um novo agente – e a posição (interna e externa, política e cultural) do papado é abalada. Ao atinar para o fator domínio estrangeiro na península, Gramsci diz:

No século XVIII, o equilíbrio europeu, Áustria-França, entra numa fase nova no que respeita à Itália: existe um enfraquecimento recíproco das duas grandes potências e surge uma terceira grande potência, a Prússia. Portanto, as origens do movimento do *Risorgimento*, isto é, do processo de formação das condições e das relações internacionais que permitiram à Itália unir-se em nação e às forças nacionais desenvolverem-se e expandirem-se, (...) devem ser buscadas (...) no mesmo processo histórico pelo qual o conjunto do sistema europeu se transforma.

Já sobre os processos atinentes à posição do Papado, o diagnóstico é igualmente claro:

O Papado sempre fora um elemento importante e, às vezes, decisivo dos sistemas europeus. No curso do século XVIII, o enfraquecimento da posição do papado como potência europeia é, sem dúvida, catastrófico. Com a Contra-Reforma, o Papado havia modificado essencialmente a estrutura de seu poder: afastara-se das massas populares, tornara-se promotor de guerras de extermínio, confundira-se com as classes dominantes de modo irremediável. Assim, havia perdido a capacidade de influenciar os governos, seja diretamente, seja indiretamente, através da pressão das massas populares fanáticas e fanatizadas (Gramsci, 2002, p. 17)

Mudadas estas posições, abre-se a possibilidade de uma diferenciação no interior da tradição cultural italiana³, antes travada pela absorção quase exclusiva por parte da Igreja das energias individuais que poderiam eventualmente resultar em um novo grupo dirigente de caráter nacional (cf. Gramsci, 2002, pp. 25-6). Nestes termos, o processo aludido abre passagem à configuração da “força católico-liberal” que, juntamente com a rápida passagem de Pio IX pelo campo do liberalismo, constitui “a obra-prima política do *Risorgimento* e um dos pontos mais importantes de desatamento dos nós que haviam impedido, até então, pensar concretamente na possibilidade de um Estado unitário italiano” (Gramsci, 2002, p.21).

No entanto, o palco da obra da unificação ainda não estaria completo sem a adição de mais um elemento externo aos acontecimentos italianos. Ao observar que o correspondente europeu do *Risorgimento* foi a Revolução Francesa e o liberalismo (“como concepção geral da vida e como nova forma de civilização estatal e de cultura”), Gramsci chama a atenção para a contribuição representada por esta verdadeira “invasão estrangeira”. Ainda fazendo referência aos fatores antes mencionados, diz:

Se no decorrer do século XVIII começam a aparecer e a se consolidar as condições objetivas, internacionais e nacionais, que fazem da unificação nacional uma tarefa historicamente concreta (isto é, não só possível, mas necessária), é certo que só depois de 1789 esta tarefa se torna consciente em grupos de cidadãos dispostos à luta e ao sacrifício. Ou seja, a Revolução Francesa é um dos acontecimentos europeus que operam com mais intensidade para aprofundar um movimento já iniciado nas “coisas”, reforçando as condições positivas (objetivas e subjetivas) do movimento mesmo e funcionando como elemento de agregação e centralização das forças humanas dispersas em toda a península e que, de outro modo, teriam tardado mais a “concentrarem-se” e a entenderem-se entre si (Gramsci, 2002, p. 22).

De fato, estas alterações no equilíbrio externo e na posição do Papado, aliadas à contribuição da Revolução Francesa, cuja ocorrência e repercussões na Itália levam ao surgimento do Partido de Ação, emergem como elementos que convertem a situação internacional (antes passiva) em ativa, criam o ambiente propício ao despertar

3 Segundo o autor, a dissolução no interior da tradição cultural italiana resultou na seguinte polarização: de um lado a ala ligada ao Papado, expressa no *Primato* de Vincenzo Gioberti e no neoguelfismo, de outro uma de oposição ao próprio Papado, menos coesa, que acaba por convergir em torno de Giuseppe Mazzini (cf. Gramsci, 2002, pp. 19-20).

do “interesse político e nacional à pequena burguesia e aos pequenos intelectuais, que dão certa experiência militar e criam um número de oficiais italianos”. Em suma, e aqui já raspando no problema do atraso italiano, a conversão aludida propicia a adaptação italiana da fórmula “república uma e indivisível” “para ‘Estado uno e indivisível’, monarquia una e indivisível, centralizada, etc.” (Gramsci, 2002, pp. 247-8).

Contendores ou correligionários?

A processualidade em causa, tal como se configurou (sob a hegemonia do Estado piemontês), inicia-se, na letra gramsciana, depois de 1848. Tem início, portanto, após a derrota da direita (nacionalistas piemonteses exclusivistas ou municipalistas), do centro político piemontês (Gioberti e os neoguelfos) e a emergência dos liberais de Camillo Benso di Cavour, que “concebem a unidade como ampliação do Estado piemontês e do patrimônio da dinastia, não como movimento nacional de baixo para cima, mas como conquista régia” (Gramsci, 2002, p. 248). A datação refere-se ainda ao período inicial do fenômeno descrito pelo autor em termos de “transformismo”, movimento pelo qual os protagonistas da transformação, o Partido de Ação e o partido moderado, têm suas distinções homogeneizadas pela passagem de elementos do primeiro agente ao segundo, fator central na constituição da hegemonia deste último no processo de unificação. Em suma, Gramsci aponta para as articulações dos atores principais no movimento de unificação, focando os aspectos políticos e político-militares.

A falta de radicalidade na oposição entre os contendores é apontada por Gramsci segundo o “critério metodológico” da forma ocidental de supremacia, isto é, como “domínio” e “direção intelectual e moral”. Os moderados são descritos como representantes de um “grupo social relativamente homogêneo”, onde há uma maior identidade de representante (intelectuais) e representado (classes altas) em relação ao Partido de Ação; já este, como uma força cujas lideranças possuem relações pessoais de subordinação com os moderados, carente do apoio de um setor particular e imerso em uma situação onde o acolhimento de demandas populares é tolhido pelo ambiente de intimidação determinado pelos eventos franceses de 1848-49. Este é o cenário que possibilita a duradoura “direção”⁴ moderada, sendo o “transformismo” – a passagem ao campo moderado de elementos antes agremiados nos setores aliados ou adversários – a arma principal de sua articulação. Gramsci chega mesmo a dizer que, no pós-1848, a vida estatal na Itália passa a ser marcada pelo transformismo⁵, isto é,

pela elaboração de uma classe dirigente cada vez mais ampla, nos quadros fixados pelos moderados depois de 1848 e o colapso das utopias neoguelfas e federalistas, com a absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos (Gramsci, 2002, p. 63).

Trabalhando nos subterrâneos do Estado pela objetivação da unidade enquanto “conquista régia”, os moderados tornaram “possível o *Risorgimento* nas formas e nos limites em que ele se realizou, sem ‘terror’, como ‘revolução sem revolução’, ou seja, como ‘revolução passiva’” (Gramsci, 2002, p. 63). À esta força, que exercia uma “atração espontânea” sobre os demais intelectuais, o Partido de Ação deveria opor, com o intuito de dar ao movimento “um caráter mais acentuadamente popular e democrático”, “um programa orgânico de governo que refletisse as reivindicações essenciais das massas populares, em primeiro lugar os camponeses” (Gramsci, 2002, p. 65). No entanto, esta necessidade era, ao mesmo tempo, a fraqueza do Partido de Ação, dado que seguia os princípios dos moderados, dos adeptos da “revolução sem revolução”, que, pela via do transformismo, decapitou as massas populares, impedindo sua absorção no âmbito do novo Estado (cf. Gramsci, 2002, p. 93).

Antes de passarmos ao campo dos fracassos decorrentes dos escassos e limitados esforços das forças envolvidas no processo de unificação, que apontam para a necessidade de um elemento que a burguesia de então

4 Descendo aos pormenores, Gramsci considera a hegemonia dos moderados entre os intelectuais a partir dos seguintes fatores: A maior atratividade da filosofia aparentemente original e nacional de Gioberti em relação ao correlato mazziniano; o “princípio pedagógico do ensino recíproco”, gerador de grande repercussão entre os leigos e o clero liberalizante e antijesuítico; por fim, o oferecimento da satisfação de todas as necessidades que um Estado (Piemonte) poderia oferecer (cf. 2002, pp. 98-9).

5 A respeito do referido fenômeno, Gramsci aponta a seguinte periodização: “1) de 1860 até 1900, transformismo ‘molecular’, isto é, as personalidades políticas elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporam individualmente à ‘classe política’ conservadora e moderada (caracterizada pela hostilidade a toda intervenção das massas populares na vida estatal, a toda reforma orgânica que substituísse o rígido ‘domínio’ ditatorial por uma ‘hegemonia’); 2) a partir de 1900, o transformismo de grupos radicais inteiros, que passam ao campo moderado (...). Entre os dois períodos, deve-se situar o período intermediário – 1890-1900 –, no qual uma massa de intelectuais passa para os partidos de esquerda, chamados de socialistas, mas, na realidade, puramente democráticos” (2002, p. 286).

era incapaz de entificar, salientamos que o período de 1848 é, no entender de Gramsci, o marco de uma virada plena de consequências, análoga à ocorrida depois de 1871 (cf. Gramsci, 1978, p. 78). Trata-se da passagem da “guerra manobrada” à “guerra de posição”, não percebida por homens como Giuseppe Mazzini em virtude de as guerras militares não terem fornecido ainda o modelo da nova estratégia. Ao vislumbrar em Cavour o representante da “revolução passiva-guerra de posição” e em Mazzini o da “iniciativa popular-guerra manobrada”, Gramsci aponta para a possibilidade de uma complementaridade entre ambas as posições. Relativizando a técnica militar na invisibilização da fórmula da guerra manobrada, o pensador sardo assevera que:

a impossibilidade existiu na medida em que a forma concentrada e simultânea não foi precedida de uma preparação política e ideológica de longo fôlego, organicamente predisposta a despertar as paixões populares e tornar possível a concentração e a eclosão simultânea do movimento (Gramsci, 2002, p. 78).

Isto é, o autor refere-se à falta de um período prévio de prevalência da “forma ‘difusa’ e capilar da pressão indireta” como condição de possibilidade da fórmula da guerra manobrada.

Este raciocínio mostra que Mazzini, ao não ter consciência da missão de Cavour, não tinha consciência de sua própria missão, donde derivaram “as suas vacilações (em Milão, no período posterior às *Cinco jornadas* e em outras ocasiões) e as suas iniciativas fora de tempo, que por isso configuravam-se apenas como elementos úteis à política piemontesa” (Gramsci, 2002, p. 77). Enquanto no mazzinismo a autocrítica foi encarnada pelo liquidacionismo (o qual levou elementos do partido a debandarem e formarem a ala esquerda do partido piemontês) e pela teorização de Pisacane (que, apesar de robusta, nunca constituiu a plataforma da ação mazziniana), entre os moderados a consciência da missão dos partidários de Mazzini permitiu a consciência da própria missão, favorecendo o fortalecimento do movimento e a depuração do neoguelfismo. Para Gramsci, este é um fator fundamental na conversão do Partido Moderado em representante das “forças subjetivas” do *Risorgimento*. Em seus termos, este é o cenário em cuja “oposição dialética só a tese desenvolve, na realidade, todas as suas possibilidades de luta, até atrair para si os chamados representantes da antítese”, exatamente a formulação em que “consiste a revolução passiva ou revolução restauração” (Gramsci, 2002, pp. 77-8).

É neste quadro, onde as ações se desenrolam sob os ditames de uma só força (moderada), que ocorrem os fracassos consubstanciadores do *Risorgimento*. Na avaliação “das forças motrizes da história italiana e dos pontos programáticos a partir dos quais se deve estudar e julgar a orientação do Partido de ação no *Risorgimento*” (2002, p. 93), Gramsci principia o exame pela relação cidade-campo. Aí a força urbana setentrional é entendida como “locomotiva” das demais (forças rurais meridional, setentrional-central, da Sicília e da Sardenha), no entanto, os problemas internos, de organização, de articulação e de direção político-militar da “locomotiva” desarticulam sua função direta, restando-lhe uma “função diretiva indireta”, manifesta nos momentos em que assume uma posição de intransigência e de luta contra o inimigo externo, o que pode ser vislumbrado nos movimentos de 1820-1821, 1831, 1848 e, do modo “mais produtivo possível”, no de 1859-1860:

uma vez que o Norte inicia a luta, o Centro adere pacificamente, ou quase, e no sul o Estado dos Bourbons entra em colapso sob a pressão dos garibaldinos, pressão relativamente fraca. Isto acontece porque o Partido de Ação (Garibaldi) intervém tempestivamente, depois que os moderados (Cavour) haviam organizado o Norte e o Centro; ou seja, não é a mesma direção político-militar (moderados ou Partido de Ação) que organiza a simultaneidade relativa, mas a colaboração (mecânica) das duas direções, que se integram de modo afortunado (Gramsci, 2002, p. 94).

Desta feita, cabia à força urbana setentrional a formulação do problema de articular em torno de si as demais forças, tarefa cujo ponto mais complicado situava-se ao Sul da península, onde a questão consistia em conseguir das forças urbanas locais o patrocínio da direção urbana setentrional, isto é, em conseguir que o domínio das forças urbanas do Sul fosse “um momento subordinado da função diretiva mais ampla do Norte” (Gramsci, 2002, p. 95). Daí a “contradição mais gritante”: a força urbana do sul não podia ser considerada independente da do Norte, sob pena de declarar um “dissídio ‘nacional’”. Deve-se acrescentar a esta situação a fragilidade das forças urbanas do Sul em relação às rurais e a provável resistência à unidade Norte-Sul neste último a fim de obter um quadro das tarefas a serem realizadas, dentre as quais a “mais difícil cabia às forças urbanas do Norte, que não só deviam convencer seus ‘irmãos’ do Sul, mas deviam começar convencendo a si mesmas desta complexidade do sistema político”, contexto no qual a questão central passou a ser a da “existência de um forte centro de direção política, com o qual necessariamente deveriam colaborar fortes e populares individualidades meridionais e das ilhas” (Gramsci, 2002, p. 95). A sequência de tarefas só se completa, no entanto, com a alusão à necessidade de a força urbana do Norte estar atenta aos problemas das forças rurais setentrionais, com o intuito de normalizar a relação cidade-campo e impedir interferências estranhas à edificação do “novo Estado”. Acerca do fracasso do Partido de Ação na execução destas tarefas e de sua razão, a seguinte passagem de Gramsci é, apesar de extensa, elucidativa:

Em toda esta série de problemas complexos, o Partido de Ação falhou completamente: com efeito, ele se limitou a transformar em questão de princípio e de programa essencial aquilo que era, simplesmente, questão do terreno político no qual

tais problemas poderiam se centralizar e encontrar uma solução legal: a questão constituinte. Não se pode dizer que tenha falhado o partido moderado, que propunha a expansão orgânica do Piemonte, queria soldados para o Exército piemontês e não insurreições ou exércitos garibaldinos excessivamente amplos.

Por que o Partido de Ação não apresentou em toda a sua extensão a questão agrária? Que não a apresentassem os moderados era óbvio: a formulação dada pelos moderados ao problema nacional requeria um bloco de todas as forças de direita, inclusive as classes dos grandes proprietários fundiários, em torno do Piemonte como Estado e como Exército. A ameaça feita pela Áustria de resolver a questão agrária em favor dos camponeses (...), não só semeou a desordem entre os interessados na Itália, determinando todas as oscilações da aristocracia (...), mas paralisou o próprio Partido de Ação, que, neste terreno, pensava como os moderados e considerava “nacionais” a aristocracia e os proprietários, e não os milhões de camponeses (Gramsci, 2002, pp. 96-7).

Desta forma, a impossibilidade de uma solução adequada à relação cidade-campo é referida ao fato de o Partido de Ação caminhar sob a “direção intelectual e moral” moderada.

A *unidade na orientação* também é a resultante da análise da questão militar, a saber, “como conseguir mobilizar uma força insurrecional que fosse capaz não só de expulsar da península o Exército austríaco, mas também de impedir que ele pudesse retornar com uma contra-ofensiva” (Gramsci, 2002, p. 100). De acordo com Gramsci, o alistamento de camponeses lombardos e vênetsos pela Áustria teve origem no fato de a direita piemontesa ter revelado muito cedo a pretensão da unidade via expansão do Piemonte e não através de uma confederação, hostilizado o movimento dos voluntários e não ter elaborado um programa que interessasse os setores populares, em suma, por querer como vitoriosos exclusivos os seus generais. Abarcando a mobilização político-insurrecional na questão da direção militar, chama a atenção para qual deveria ser a empreitada dos partidos nacionais, a saber, ajudar na desagregação do Império austríaco, pois:

Na luta entre o Piemonte e a Áustria, o objetivo estratégico não podia ser o de destruir o Exército austríaco e ocupar o território do inimigo, o que seria um objetivo inalcançável e utópico, mas podia ser o de desagregar a união austríaca interna e ajudar os liberais a ir ao poder estavelmente, para mudar a estrutura política do império no sentido federalista ou, pelo menos, nele criar um estado prolongado de lutas internas que desse fôlego às forças nacionais italianas e lhes permitisse concentrarem-se política e militarmente (Gramsci, 2002, p. 101)

Atinando para a discrepância dos campos de alistamento dos beligerantes, Gramsci observa ainda que, a aceitação do princípio de que “a Itália o fará sozinha” implicava na opção entre a adoção de uma confederação e a proposição da unidade territorial em bases radicalmente populares, de modo a mobilizar suas forças a favor do Piemonte. No entanto, e este é o ponto, “as tendências de direita, piemontesas ou não, queriam auxiliares, pensando poder vencer os austríacos apenas com as forças regulares piemontesas (...), ou queriam ser ajudadas em troca de nada”. Sem rodeios, o arremate aponta o fracasso e seus responsáveis:

na realidade, sem uma contrapartida, não se pode pretender entusiasmo, espírito de sacrifício, etc., nem mesmo dos próprios súditos de um Estado; menos ainda se pode pretendê-los de cidadãos estranhos ao Estado, em torno de um programa genérico e abstrato e por confiança cega num Governo longínquo. Este foi o drama de 1848-1849, mas certamente não é justo desmerecer por isto o povo italiano; a responsabilidade do desastre deve ser atribuída tanto aos moderados quanto ao Partido de Ação, ou seja, em última análise, à imaturidade e à escassíssima eficiência das classes dirigentes (Gramsci, 2002, p. 104).

Em outro ponto, Gramsci formula o mesmo problema em outros termos, os quais aludem à ausência, na Itália, de um determinado tipo de partido, o qual dista dos referidos por ampla radicalidade e densidade popular. Discorrendo sobre as condições necessárias à expulsão dos austríacos e de seus auxiliares da península, o pensador sardo enumera:

1) um forte partido italiano homogêneo e coerente; 2) que este partido tivesse um programa concreto e específico; 3) que tal programa fosse compartilhado pelas grandes massas populares (que, então, só podiam ser rurais) e as educasse para se insurgirem “simultaneamente” em todo o país. Só a profundidade popular do movimento e a simultaneidade podiam tornar possível a derrota do Exército austríaco e de seus auxiliares (Gramsci, 2002, p. 348).

No entanto, Mazzini e Carlo Pisacane careciam desta forma de partido; mesmo a Gioberti, cujo programa “mais se aproxima do tipo jacobino tal como era necessário à Itália de então”, “faltava um partido, e não só no sentido moderno da palavra, mas também no sentido que então tinha a palavra, isto é, no sentido próprio da Revolução Francesa de movimento dos ‘espíritos’” (Gramsci, 2002, p. 349).

A ausência em questão é apontada uma vez mais quando da consideração do plano de projeção da Áustria para o leste e os Bálcãs em troca do Lombardo-Vêneto – em prol da unidade italiana –, avaliado por Gramsci como “expressão de passividade política e de desalento ante as dificuldades do projeto nacional” e como proposição que

desconsidera a hegemonia política e diplomática da Europa. Dada a função anti-francesa cumprida pela Áustria em benefício da Inglaterra no Mediterrâneo, esta última poderia ser a maior interessada nos planos de expansão ao Oriente, não fosse a fragilidade implícita nos planos. Considerando as possibilidades de apoio, Gramsci conclui da seguinte maneira:

Só um forte Estado italiano, que pudesse substituir a Áustria em sua função antifrancesa no Mediterrâneo Central, poderia levar a Inglaterra a ter simpatia pela Itália, como ocorreu, de fato, depois das anexações na Itália Central e a campanha dos Mil contra os Bourbons: antes destes fatos reais, só um grande partido cheio de decisão e de audácia e seguro de seus próprios movimentos, por enraizar-se nas grandes massas populares, talvez obtivesse o mesmo resultado, mas isto exatamente não existia e até, ao contrário, Balbo e seus amigos não queriam que se formasse (Gramsci, 2002, p. 59).

A exemplaridade jacobina

Como pudemos observar nos apontamentos de Gramsci sobre os eventos do *Risorgimento*, a explicação dos insucessos reside na ausência de um dado fator, um dado tipo de partido. É na busca deste elemento que o pensador sardo sai à cata das características de toda “grande Revolução”, em especial o caso francês. Ao declarar que as diferenças entre os homens do Partido de Ação e do Moderado eram fundamentalmente de “temperamento”, o pensador sardo explicita os dois significados do termo “jacobino”, cuja diferença pode selar a sorte de uma revolução:

existe o significado próprio, historicamente caracterizado, de um determinado partido da Revolução Francesa, que concebia o desenvolvimento da vida francesa de um modo determinado, com um programa determinado, com base em forças sociais determinadas, e que explicitou sua ação de partido e de governo com um método determinado que era caracterizado por uma extrema energia, decisão e resolução, derivado da crença fanática na virtude tanto daquele programa quanto daquele método. Na linguagem política, os dois aspectos do jacobinismo foram cindidos e se chamou “jacobino” o político enérgico, resoluto e fanático, porque fanaticamente persuadido das virtudes taumatúrgicas de suas ideias, fossem quais fossem: nesta definição, prevaleceram os elementos destrutivos derivados do ódio contra os adversários e os inimigos, mais do que aqueles construtivos, derivados do fato de se terem adotado as reivindicações das massas populares; o elemento sectário, de conventículo, de pequeno grupo, de individualismo desenfreado, mais do que o elemento político nacional (Gramsci, 2002, pp. 68-9).

Sendo assim, o peso do elemento popular no programa do partido constitui o ferro em brasa a marcar seu caráter verdadeiramente jacobino (“de conteúdo”). Gramsci, aludindo também a Cromwell e aos “cabeças-redondas”, completa o desenho do jacobinismo e de toda “grande Revolução” com a descrição de sua característica mais interessante:

os jacobinos conquistaram, com uma luta sem tréguas, sua função de partido dirigente; na realidade, eles se “impuseram” à burguesia francesa, conduzindo-a para uma posição muito mais avançada do que os núcleos burgueses originalmente mais fortes gostariam de ocupar “espontaneamente” e até muito mais avançada do que as premissas históricas podiam permitir; daí os contragolpes e a função de Napoleão I (Gramsci, 2002, p. 79).

Se num primeiro momento a ação do terceiro estado é pautada apenas pelos interesses dos “integrantes físicos efetivos do grupo social”, a reação das “velhas forças sociais e a ameaça internacional” levam à seleção de uma nova elite que conduz a luta além do horizonte anterior e dos interesses corporativos, ou, nos contundentes termos de Gramsci, empurra “para a frente os burgueses a pontapés no traseiro” (Gramsci, 2002, p. 79). Uma descrição mais concreta da ação jacobina na Revolução Francesa explícita e formata ainda melhor o exemplo a contrapor à “revolução-passiva”. Enumerando a sequência de tarefas a cumprir, o pensador italiano observa:

A primeira exigência era a de aniquilar as forças adversárias ou, pelo menos, reduzi-las à impotência para tornar impossível uma contra-revolução; a segunda exigência era a de ampliar os quadros da burguesia como tal e de pô-la à frente de todas as forças nacionais, identificando os interesses e as exigências comuns a todas as forças nacionais, para pôr em movimento estas forças e conduzi-las à luta, obtendo dois resultados: a) opor um alvo mais amplo aos golpes dos adversários, isto é, criar uma relação político-militar favorável à revolução; b) tomar dos adversários toda zona de passividade na qual fosse possível recrutar exércitos reacionários. Sem a política agrária dos jacobinos, Paris teria tido a Vendéia em suas portas (Gramsci, 2002, pp. 80-1).

Graças à política agrária jacobina, salvo exceções de zonas periféricas, “a França rural aceitou a hegemonia de Paris (...), compreendeu que, para destruir definitivamente o velho regime, devia se aliar aos elementos mais avançados do terceiro estado e não aos moderados girondinos” (Gramsci, 2002, p. 81). Esta é a forma de ação articuladora do arranjo societário que desemboca, “no período mais rico de energias ‘privadas’ da sociedade”, na hegemonia burguesa, no consenso organizado pela iniciativa privada e, por isso mesmo, de caráter moral ou ético (cf. Gramsci, 1978, p. 114).

Temos assim, plenamente configurado, o agente cuja energia dá cabo da empreitada de edificação do Estado moderno, a “encarnação categórica do *Príncipe* de Maquiavel” (Gramsci, 1978, p. 7). De fato, este é o fio que dá a toada da descrição da hesitação do Partido de Ação na Itália, sua indiferença em relação à condição de “partido dirigente”. Ciente dos perigos e limites de uma comparação, o pensador sardo sublinha com toda sua força argumentativa a ineficiência do Partido de Ação, em oposição aos jacobinos franceses, na resolução das principais questões do *Risorgimento*:

na Itália, a luta se apresentava como luta contra os velhos tratados e a ordem internacional vigente, e contra uma potência estrangeira, a Áustria, que os representava e sustentava na Itália, ocupando uma parte da península e controlando o resto. Também na França este problema se apresentou, pelo menos num certo sentido, porque num certo ponto a luta interna se tornou luta nacional travada na fronteira, mas isto ocorreu depois que todo o território fora conquistado para a revolução e os jacobinos souberam tirar elementos da ameaça externa para uma maior energia, internamente: eles compreenderam bem que, para vencer o inimigo externo, deviam esmagar internamente seus aliados e não hesitaram em realizar os massacres de setembro. Na Itália, este nexos, que também existia, explícito e implícito, entre a Áustria e pelo menos uma parte dos intelectuais, dos nobres e dos proprietários de terra, não foi denunciado pelo Partido de Ação ou, pelo menos, não foi denunciado com a devida energia e do modo praticamente mais eficaz, não se tornou elemento político ativo (Gramsci, 2002, p. 82).

Após aludir ao sucesso jacobino no esforço de ligar cidade (Paris) e campo, Gramsci denuncia a falta de visão dos italianos que, além de ignorar a experiência francesa, fizeram o mesmo quanto ao exemplo do papel diretivo da cidade no abate do feudalismo durante a vigência das Comunas e não extraíram as devidas consequências da percepção deste fato por Maquiavel (cf. Gramsci, 2002, pp. 66-8).

No tocante ao elemento popular, ponto decisivo no programa jacobino, o autor não é menos enfático, pois, entre a minoria “heróica” que conduziu o movimento na Itália, prevaleceu a preocupação com interesses econômicos em relação à “fórmulas ideais”, de modo que “combateu mais para impedir que o povo interviesse na luta e a transformasse em luta social (no sentido de uma reforma agrária) do que contra os inimigos da unidade” (Gramsci, 2002, p. 40). Neste contexto, o “voluntarismo” constitui um sucedâneo do fato “popular-nacional”. Apesar de seus méritos, o voluntariado é entendido pelo autor como “uma solução de compromisso com a passividade das massas nacionais”, como “solução autoritária” ou “de cima para baixo” (Gramsci, 2002, pp. 33; 51).

Não espanta, então, que o Partido de Ação não tenha preenchido os requisitos de uma efetiva contestação aos moderados, ou seja, que não tenha encarnado um jacobinismo de conteúdo econômico-social. No caso concreto, esta falha consistiu em não ter na agenda, contra a aliança de caráter reacionário entre as “diversas classes rurais”, dois pontos fundamentais: englobar os “camponeses da base” em um programa de partido pela aceitação de suas “reivindicações elementares” e os “intelectuais dos estratos médios e inferiores”, através de sua concentração e insistência nos interesses comuns (cf. Gramsci, 2002, pp. 75-6).

Em relação a este ponto da análise gramsciana, devemos estar advertidos para o fato de que, ao contrário do que possa parecer até aqui, o pensador sardo não considera o problema da ausência de um partido jacobino uma mera falta dos agentes envolvidos, isto é, em sua investigação o conflito subjetivo não se esgota em si, mas implica na averiguação de certas condições relativamente alheias ao fator volitivo. A explicação do autor para a ausência de jacobinismo em solo italiano vai direto ao entrelaçamento dos andamentos interno e externo, ou seja, refere-se tanto ao atraso da burguesia⁶ italiana quanto ao clima internacional do pós-1815, quando os acontecimentos franceses surtem um efeito adverso a intentos revolucionários. Indo direto aos pontos, diz ele:

Se, na Itália, não se formou um partido jacobino, as razões devem ser buscadas no campo econômico, isto é, na relativa fraqueza da burguesia italiana e no clima histórico diferente da Europa após 1815. O limite encontrado pelos jacobinos, em sua política do despertar forçado das energias populares francesas para se aliarem à burguesia, com a Lei Chapelier e a lei sobre o *maximum*, se apresentava em 1848 como um “espectro” já ameaçador, sabiamente utilizado pela Áustria, pelos velhos governos e também por Cavour (além do Papa) (Gramsci, 2002, pp. 83-4).

⁶ Em outro lugar, o autor disse mesmo que “a economia italiana era muito fraca, e o capitalismo incipiente: não existia uma forte e difusa classe de burguesia econômica, mas, ao contrário, muitos intelectuais e pequenos-burgueses etc. O problema não era tanto liberar as forças econômicas dos obstáculos jurídicos e políticos antiquados, quanto criar as condições gerais para que estas forças econômicas pudessem nascer e se desenvolver segundo o modelo dos outros países” (Gramsci, 2002, p. 249).

A eloquência jacobina liga-se ainda, como anota Gramsci, “à hegemonia exercida tão longamente pela França na Europa, bem como à existência de um centro urbano como Paris e à centralização conseguida na França por obra da monarquia absoluta” (Gramsci, 2002, p. 85). Não obstante, a onda internacional de infortúnio bate à porta italiana ainda mais uma vez, pois as guerras napoleônicas, ainda que intelectualmente renovadoras para a Europa, representaram uma grave perda de energias revolucionárias não apenas francesas, mas também de outros países. Portanto, nas condições distintas da Itália, carente de autonomia internacional, não encontramos nada parecido com a iniciativa vigorosa dos jacobinos, apenas a diplomacia de Cavour, a única “política criativa” na construção da unidade (Cf. Gramsci, 2002, pp. 253-4).

Esta faceta (internacional) do problema nos leva a evidenciar outro aspecto, dos mais importantes, da revolução passiva, a saber, o fato de constituir um movimento de “corrosão reformista” da ordem anterior, recurso que, além de impedir o desenvolvimento dos setores subalternos, propicia a manutenção das posições econômica e política das “velhas classes feudais” (Gramsci, 2004, pp. 298-9). Posto de outro modo, os eventos revolucionários franceses colocam estas últimas sobre aviso quanto a quaisquer intervenções populares, determinando o recurso a reformas que evitam a derrocada definitiva do velho ordenamento. Gramsci chegou a escrever que, além da ausência de uma “iniciativa popular unitária” na história italiana, a fórmula da revolução passiva exprime também

o fato de que o desenvolvimento se verificou como reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico, elementar, não orgânico, das massas populares, através de “restaurações” que acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo (Gramsci, 2002, p. 393).

É deste aspecto que decorre a definição das revoluções do tipo em questão como “restaurações progressistas” ou “revoluções-restaurações”, e é daí também que Gramsci retira a inspiração para colocar ao lado destes conceitos uma passagem de Giuseppe Ferrari onde se lê sobre uma “revolução ordenada, legal, oficial” (*apud* Gramsci, 2002, p. 289).

Se o contexto internacional pode ser assim resumido, a história do fracasso da burguesia italiana necessita de um número adicional de laudas para ser contada.

A história anterior

Colado ao empreendimento de historiar o fenômeno do *Risorgimento*, encontramos na obra gramsciana a intenção de empreender uma investigação sobre “a história anterior que teve lugar na Itália”, cujo interesse decorre de esta ter “criado elementos culturais que tiveram uma repercussão na Era do *Risorgimento* (repercussão positiva e negativa) e também continuam a operar (...) na vida nacional, tal como foi formada pelo *Risorgimento*” (Gramsci, 2002, p. 13). O seguimento do texto expõe uma série de momentos da história italiana onde são divisados os acontecimentos ou irrealizações que configuram o cenário e os atores do *Risorgimento*.

Desta feita, somos conduzidos ao período da transição entre a República e o Império romano, quando a função hegemônica é transferida “a uma classe ‘imperial’, isto é, supranacional”. Para Gramsci, esta passagem significa, além da continuidade e conclusão do movimento democrático dos antecessores de César, a projeção dos problemas romanos para além da fronteira da capital, no quadro de todo o Império. Avaliando o peso desta mudança, o autor diz que este “é o início do processo de ‘desnacionalização’ de Roma e da península e de sua transformação em ‘terreno cosmopolita’” (Gramsci, 2002, pp. 13-4).

O problema vislumbrado na Idade Média ou Era das Comunas é de ordem diversa, pois se refere à incapacidade da burguesia comunal em realizar a ultrapassagem de sua fase “econômico-corporativa”. Ou seja, permanece no quadro de um regime feudal, estacionando o processo de criação de uma figura estatal “com o consenso dos governados” (cf. Gramsci, 2002, pp. 238; 242), fenômeno em tudo diferente das experiências de países como França e Espanha.

Este fracasso burguês exprime-se em uma manifestação distinta das expressões literárias do movimento renascentista: na Itália o Renascimento (“em sentido estrito”) e o Humanismo “foram retrógrados” (cf. Gramsci, 2002, pp. 237; 240; 342). Na realidade, o autor fala de duas concepções de mundo em luta no Renascimento italiano, o “burguês-popular” (derrotada) e a “aristocrático-feudal”, sendo que esta última encarna o intuito de retorno ao Sacro Império Romano, isto é, constitui uma “casta cosmopolita” continuadora do “universalismo medieval” (cf. Gramsci, 2002, pp. 229; 236). Dado o tom polêmico desta assertiva, convém explicitar como o autor a articula com uma opinião corrente como a de Vittorio Rossi, para quem havia no classicismo humanista “um fim de educação integral da alma humana” e “a reabilitação do espírito humano”. Após afirmar a correção desta, diz o pensador sardo:

o Humanismo não desenvolveu, na Itália, este seu conteúdo mais original e pleno de futuro. Ele teve o caráter de uma restauração, mas, como toda restauração, assimilou e desenvolveu, melhor do que a classe revolucionária que havia sufocado politicamente, os princípios ideológicos da classe vencida, que não soubera sair dos limites corporativos e criar todas as superestruturas de uma sociedade integral. Só que esta elaboração aconteceu “nas nuvens”, permaneceu como patrimônio de uma casta intelectual, não teve contatos com o povo-nação (Gramsci, 2002, p. 237).

Se em outras nações o movimento geral conhecido como Renascimento resultou nos Estados nacionais, na Itália o correspondente foi “a organização do Papado como Estado absoluto (...) organização que desagregou o restante da Itália” (Gramsci, 2002, p. 342). Deste modo, ainda que *inicialmente*⁷ tenha sido economicamente mais vigorosa que sua vizinha francesa (cf. Gramsci, 2002, p. 230), a burguesia italiana é incapaz de alçar os voos da política. O aparente contra-senso é desfeito quando o autor sardo aponta que:

Pode-se encontrar o testemunho da origem da diferenciação histórica entre Itália e França no Juramento de Estrasburgo (cerca de 841), ou seja, no fato de que o povo participa ativamente da história (o povo-exército) tornando-se o fiador da observância dos tratados entre os descendentes de Carlos Magno; o povo-exército dá esta garantia “jurando em vulgar”, isto é, introduz na história nacional sua língua, assumindo uma função política de primeiro plano, apresentando-se como vontade coletiva, como elemento de uma democracia nacional (Gramsci, 2002, p. 230).

Mais uma vez, o peso do fator popular é decisivo, mas agora na diferenciação dos processos históricos que formatam cenários distintos para os movimentos revolucionários da burguesia.

Quanto à Era do Mercantilismo e das monarquias absolutas, nenhuma alteração drástica é anotada, haja vista que a influência estrangeira obstaculiza o alcance nacional do movimento. Sem meios termos, Gramsci escreveu que, “se organicamente desenvolvido, o mercantilismo teria tornado ainda mais profundas, e talvez definitivas, as divisões em estados regionais” (Gramsci, 2002, p. 15).

A processualidade ilustrada pelo pensador sardo resulta, assim, em uma burguesia combalida e na afirmação do Papado como a única figura estatal de vulto expressivo. Ainda que abalado pelos acontecimentos externos já observados, este panorama histórico marcará e delimitará as fronteiras da revolução, ou melhor, lhe imprimirá o formato de uma “revolução passiva”. Em tom sintético e conclusivo a respeito desta tendência italiana, Gramsci anotou:

No *Risorgimento*, ocorreu o último reflexo da “tendência histórica” da burguesia italiana a se manter nos limites do “corporativismo”: não ter resolvido a questão agrária é a prova deste fato. Representantes desta tendência são os moderados, tanto os neoguelfos (...), quanto os cavourianos (...). Mas os vestígios do universalismo medieval também se encontram em Mazzini e determinam seu fracasso político; porque, se, na corrente moderada, o neoguelfismo foi seguido pelo cavourismo, o universalismo mazziniano no Partido de Ação não foi praticamente superado por nenhuma formação política orgânica e, ao contrário, permaneceu como um fermento de sectarismo ideológico e, portanto, de dissolução (Gramsci, 2002, p. 239).

A resultante

A título de conclusão, elencaremos agora alguns elementos direta ou indiretamente relacionados à forma precisa como ocorreu a unificação em tela. O fecho deve principiar pela resultante sobre a qual o autor sardo mais chama a atenção, a saber, a irrealização de seu paradigma próprio de democracia, a hegemonia de um grupo dirigente sobre grupos dirigidos.

Esta é a implicação do caráter problemático da alma “dirigente” e da tendência à união dos núcleos dirigentes italianos. O problema era, nos termos gramscianos, que estes “não queriam harmonizar seus interesses e aspirações com os interesses e aspirações de outros grupos”. Aspiravam apenas ao “domínio”, sem “direção”, pior, delegavam este domínio para algo separado, um Estado, o Piemonte. É este que constitui, então, o defensor dos interesses dominantes, exercendo função semelhante “à do partido, isto é, do pessoal dirigente de um grupo social (...)”; com a particularidade de que se tratava de um Estado, com um exército, uma diplomacia etc.” Não se trata, e esse é o nó da questão, de um grupo social dirigente de outros, mas de um Estado enquanto “dirigente do grupo que deveria

⁷ Utilizamos este termo devido à advertência de que, depois deste início vigoroso, “a burguesia, na Itália, decaiu ou se degrada até o fim do século XVIII” (Gramsci, 2002, p. 228).

ser dirigente”, dotando-o de “um exército e uma força político-diplomática”. A caracterização gramsciana não deixa dúvidas ao declarar este um caso de “ditadura sem hegemonia” (Gramsci, 2002, pp. 328-9).

Além da construção de um “Estado estreito”, o *Risorgimento* legou como travas da autonomia daquele “forças subversivas elementares”. Ou seja, persistem após a unificação movimentos que não atingem a radicalidade necessária à mudança, as mesmas massas que os agentes da unidade não englobaram no quadro da vida estatal (cf. Gramsci, 2002, pp. 105; 331).

Outro óbice resultante da forma de objetivação da unidade refere-se à composição da população italiana. Nos termos do autor, “nas condições criadas pelo *Risorgimento* e por seu modo de desenvolvimento, tem o maior peso de população parasitária” (Gramsci, 2002, p. 49), a parte da sociedade alheia em relação à atividade produtiva e que interfere negativamente na formação de poupança. Trata-se, concretamente, do elevado número de pequena e média burguesia e de sua baixa capacidade de poupar.

Também a relação Norte-Sul adquire sua feição particular como herança do *Risorgimento*, isto é:

a unidade não ocorrerá numa base de igualdade, mas como hegemonia do Norte sobre o *Mezzogiorno* numa versão territorial da relação cidade-campo, isto é, (...) o Norte concretamente era um “sanguessuga” que se enriquecia à custa do Sul e (...) seu desenvolvimento econômico-industrial estava em relação direta com o empobrecimento da economia e da agricultura meridional.

Ainda de acordo com Gramsci, esta hegemonia, possibilitada por uma legislação protecionista (cf. Gramsci, 2002, p. 46), apenas seria sadia caso “o industrialismo tivesse tido a capacidade de ampliar seus quadros com certo ritmo, para incorporar cada vez mais novas zonas econômicas assimiladas” (Gramsci, 2002, p. 153).

Nesta declaração se insinua a noção de que a revolução passiva não logrou a superação do quadro de atraso econômico em que o país se encontrava à época da unificação. Muito embora as declarações de Gramsci refiram-se aos planos estatal e político, não são poucas as evidências em seu discurso a respeito da continuidade do atraso econômico da península.

É o que podemos observar na apreciação do tipo de imperialismo que Francesco Crispi, norteado por sua “obsessão unitária” – na falta de um “jacobinismo econômico” – e explorando a “inocência política do *Mezzogiorno*”, propõe: a expansão colonial como saída para o problema camponês da falta de terras. Essa fórmula é avaliada por Gramsci do seguinte modo:

A Europa capitalista, rica de meios e chegada ao ponto em que a taxa de lucro começava a mostrar tendência à queda, tinha necessidade de ampliar a área de expansão de seus investimentos rentáveis; assim se criaram depois de 1890 os grandes impérios coloniais. Mas a Itália, ainda imatura, não só não tinha capitais para exportar, mas devia recorrer ao capital estrangeiro para suas próprias e limitadíssimas necessidades. Faltava, pois, um impulso real ao imperialismo italiano, que foi substituído pela passionalidade popular dos trabalhadores rurais cegamente voltados para a propriedade da terra: tratou-se de uma necessidade de política interna a resolver, cuja solução foi desviada para o infinito (Gramsci, 2002, pp. 70-1).

Sendo assim, o poderio imperial dos países imersos no problema avançado da tendência à queda da taxa de lucro, tem como equivalente italiano um empreendimento carente de “base econômico-financeira”, a construção de uma “miragem”.

A continuidade do atraso também aparece na interpretação gramsciana da intervenção estatal na economia. A substituição da iniciativa privada é encarada não como “um progresso efetivo”, mas sim como “constatação de um atraso que se deve remediar ‘a todo custo’”. Esta fase de “nacionalização para remediar um atraso” corresponde, na verdade, “às monarquias iluminadas do século XVIII” (Gramsci, 2002, p. 316).

Em conclusão, a “revolução passiva”, enquanto modalidade de resolução da problemática da unificação nacional por uma burguesia atrasada, que ocorre fora de época e, conseqüentemente, nega a presença popular, engendra sua obra sem o mesmo sucesso das grandes revoluções, determinando uma forma de Estado heterônoma e mantendo a economia em estado de atraso.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Perry. As antinomias de Antônio Gramsci. In: _____. *Afinidades seletivas*. São Paulo: Boitempo, 2002.

ARANTES, Paulo Eduardo. Uma reforma intelectual e moral: Gramsci e as origens do idealismo alemão. *Presença*.

Rio de Janeiro, n. 17, p. 142-209, nov. 1991/mar. 1992.

BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1994.

BUCI-GLUCKSMANN, Christine. Sobre os problemas políticos da transição: classe operária e revolução passiva. In: FERRI, Franco (coord.) *Política e história em Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. v. I, p. 117-148.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DE FELICE, Franco. Revolução passiva, fascismo, americanismo em Gramsci. In: FERRI, Franco (coord.) *Política e história em Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. *Introdução ao estudo da filosofia; a filosofia de Benedetto Croce*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. (Cadernos do Cárcere, v. 1)

_____. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *O Risorgimento: notas sobre a história da Itália*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (Cadernos do Cárcere, v. 5)

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

VIANNA, Luis Werneck. O ator e os fatos: a revolução passiva e o americanismo em Gramsci. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, p. 181-235, 1995.